

**boletim**  
informativo mensal da

**OUVIDORIA**

número **#03**

**Ouvidoria-Geral**  
da Defensoria Pública  
do Estado de São Paulo

**Agosto**

2 0 2 2

Atividades  
desenvolvidas em  
Agosto de 2022

## Prezadas Leitoras e Prezados Leitores,

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresenta seu terceiro Boletim Mensal da gestão 2022-2024, iniciada no dia 6 de junho deste ano.

O Boletim Mensal é produzido desde 2018 com o intuito de trazer mais transparência na relação da Ouvidoria com a população Usuária do serviço da Defensoria, organizações e movimentos sociais e a própria Defensoria. Nesta edição, apresentamos uma compilação das principais atividades e dos assuntos trabalhados pela Ouvidoria no mês de agosto.

O primeiro tópico do boletim apresenta dados e estatísticas dos atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral no mês de agosto. Além do perfil dos/as usuários/as que acionaram a Ouvidoria, é possível conferir quantas manifestações o órgão recebeu no mês e quais foram os principais assuntos abordados pelos/as usuários/as.

O lançamento do projeto Ouvidoria Itinerante marcou o mês de agosto. O projeto busca aproximar a Ouvidoria das realidades locais e contribuir com a qualificação do atendimento prestado à população conforme as especificidades de cada localidade. Desenvolvido em parceria com as Subdefensorias, Assessoria de Qualidade e Unidades da Defensoria, o projeto se propõe a elaborar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como apresentar propostas que visem o aprimoramento do serviço.

A primeira visita do projeto foi na Unidade do Guarujá onde compareceram mais de 30 lideranças dos movimentos sociais para debater as principais demandas da população daquele município. Confira mais informações sobre o projeto no boletim.

Boa leitura!

---

**CAMILA MARQUES**

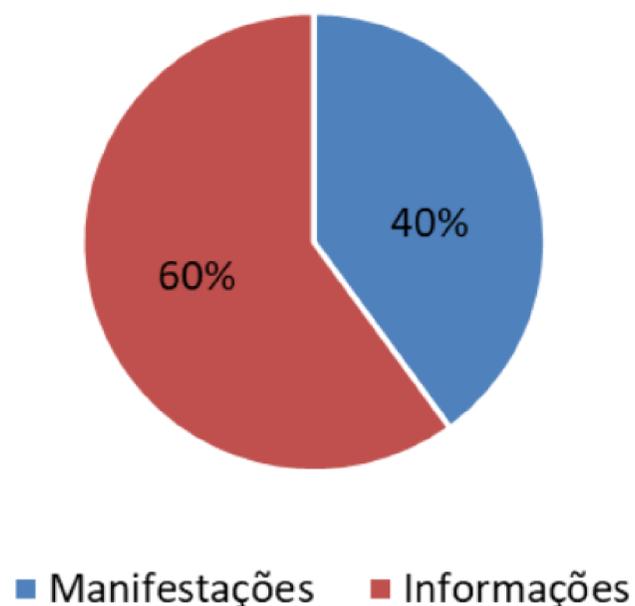
*Ouvidora-Geral da Defensoria  
Pública do Estado de São Paulo*

# DADOS E ESTATÍSTICAS: AGOSTO

## I. Total de atendimentos por portas de entrada

Entre os dias 01/08/2022 e 31/08/2022 foram realizados 236 atendimentos. Deste total, 40% diziam respeito a pedidos de informações frente a 60% de manifestações que foram processadas ao longo do mês.

1. Total de atendimentos portas de entrada



## II. Perfil dos usuários e usuárias

Nas portas telefone e formulário eletrônico, quando interpelados a respeito das questões abordadas nas próximas linhas, foram obtidos os percentuais de:

- As mulheres cis são maioria, representando 60% do público ante 33% dos homens cis;

- 41% autodeclararam-se brancos/as, seguidos de perto das 40% pessoas autodeclaradas negras: pardos/as (29%) e pretos/as (11%);
- Quanto aos critérios de atendimento prioritário ou preferencial: idosos somaram 14%, pessoas com deficiência 5%, pessoa acompanhada com criança de colo 1%, pessoa obesa 1%, pessoa gestante ou amamentando 1%;
- Cerca de 49% ficaram sabendo dos serviços da Ouvidoria-Geral pela internet (mecanismos de buscas/site/redes sociais) e 50% indicaram o município de São Paulo como o local de residência.

### III. Classificação dos tipos de manifestações

No universo de manifestações processadas, 93% foram classificadas como reclamações dos serviços da Defensoria Pública ao passo que 7% abordaram elogios.



### IV. Total de manifestações por portas de entrada

O canal mais acessado para o processamento de manifestações foi o formulário eletrônico, com 44%, seguido do telefone, com 32%. Os dados recebidos através dos canais presencial, e-mail e formulário físico registraram 10%, 9% e 5%, nesta ordem.

### V. Classificação dos assuntos das manifestações

No período analisado, o principal motivo do contato com a Ouvidoria esteve relacionado a falta de retorno e informações sobre o caso seja do/a defensor/a público/a, entidade e/ou advogado/a conveniado/a, alcançando o percentual de 17% dos casos, conforme indicado na tabela a seguir.

Tabela 1. Classificação geral dos assuntos mais recorrentes

Assuntos	%
Falta de retorno e informações sobre meu caso	18
Não concordo com a condução do meu caso	15
Queda do atendimento virtual	13
Não consigo conversar com meu/minha advogado/a ou defensor/a	13
Não fui bem atendido por uma pessoa	10
Meu agendamento ficou distante	7
Tive o atendimento negado	7
Outros	17

# 1 OUVIDORIA ITINERANTE

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo lançou, no dia 24 de agosto, o Ouvidoria Itinerante, projeto que tem como objetivo aproximar a Ouvidoria das realidades locais, contribuindo com a qualificação do atendimento prestado à população conforme as especificidades de cada localidade.

O projeto Ouvidoria Itinerante é desenvolvido em parceria com as Subdefensorias, Assessoria de Qualidade e Unidades da Defensoria e busca desenhar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como elaborar recomendações que visem o aprimoramento do serviço. A Ouvidoria realizará visitas in loco que serão divididas em três momentos: (i) diálogos com os/as usuários/as, (ii) interlocuções com o corpo funcional e (iii) roda de conversa com a sociedade civil organizada.

Com o intuito de contribuir com o planejamento institucional, cada visita gerará um relatório com a síntese do diagnóstico realizado e das propostas da Ouvidoria-Geral.





**Confira o Sumário e Projeto Conceitual**

[Sumário \(Clique Aqui\)](#)

[Projeto Conceitual \(Clique Aqui\)](#)

## Realizada a primeira visita do projeto na Unidade de Guarujá.

A unidade do Guarujá foi sede desta primeira visita, e dela também participaram o Terceiro Subdefensor Público-Geral, Gustavo Minatel, e a defensora Gisele Souto Durante, da Assessoria de Qualidade.

Além da escuta a usuários/as da Defensoria que estavam no atendimento ao público, foram realizadas rodas de conversas entre a Ouvidoria e integrantes da Unidade, e com a sociedade civil e movimentos sociais da região.

As trocas e os diálogos servirão de base para a elaboração de diagnósticos e propostas para a qualificação do serviço da própria Ouvidoria e da Defensoria Pública de São Paulo.

Participaram do encontro os/as defensores/as públicos/as Gabriela Galetti, Nayara Rincon, Alberto Zorigian gonçalves de Souza, Alex Gomes Seixas, Felipe Princesa, as agentes psicóloga e assistente social do CAM, Paola Dottori da Silva e Renata Carvalho da Silva, oficiais e estagiárias da Unidade.

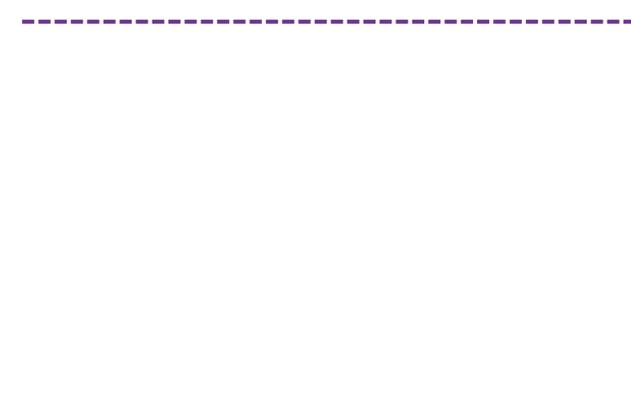


# 2 CONSELHO CONSULTIVO DA OUVIDORIA-GERAL DIALOGA SOBRE ATENDIMENTO JURÍDICO AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DESMEMBRAMENTO DO NUDDIR

O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral se reuniu no dia 02/08 para dar continuidade aos debates sobre o convênio firmado entre a Secretaria de Segurança Pública e a Defensoria Pública de São Paulo para garantir assistência jurídica a policiais civis e militares. O Conselho deliberou pela criação de um Grupo de Trabalho e encaminhamento de um documento à Defensoria sobre os pontos discutidos.

Na sequência desta pauta, a reunião contou ainda com a participação dos/as Defensores/as Públicos/as Vanessa Vieira e Danilo Ortega, que acabam de assumir a coordenação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) e apresentaram a agenda de trabalho do Núcleo para os próximos dois anos.

O Conselho Consultivo manifestou apoio ao pleito pelo desmembramento do Núcleo de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial, e firmou compromisso no acompanhamento dos resultados da política de cotas e projetos sobre educação em direitos.

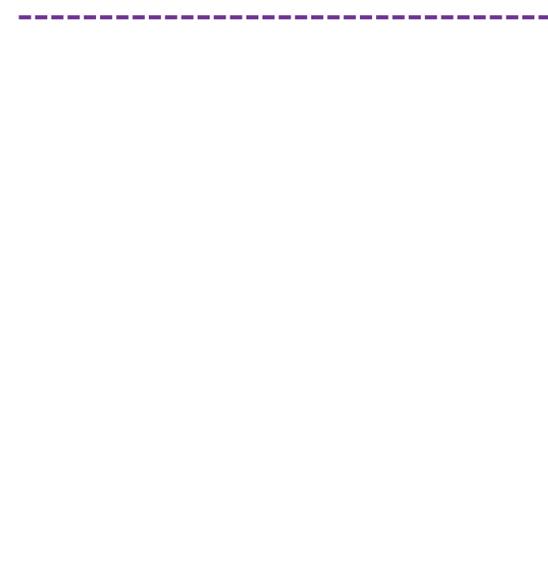


# **3** OUIDORIA-GERAL, PRIMEIRA SUBDEFENSORIA, NÚCLEOS ESPECIALIZADOS E SOCIEDADE CIVIL SE REÚNEM PARA DIALOGAR SOBRE A POLÍTICA MÃES EM CÁRCERE DA DEFENSORIA PÚBLICA

No dia 10/08/2022, a Ouvidoria-Geral, a Primeira Subdefensoria Geral e os Núcleos Especializados da Infância e Juventude e de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres se reuniram com representantes do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), do Instituto Alana, do Instituto Pro Bono (IPB), do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC), da Associação de Amigos e Familiares de Presos (Amparar) e da Comissão da Política Criminal e Penitenciária da OAB para dialogar sobre as propostas de reestruturação da Política Mães em Cárcere.

Na reunião, o Primeiro Subdefensor, Rafael Pitanga, e os Defensores Públicos Renata Moura e Rodrigo Calejon, junto com as Defensoras Coordenadoras do NEIJ, Letícia Avelar e Ligia Mafei, e do NUDEM, Tatiana Bias Fortes, se colocaram a disposição para ouvir e coletar sugestões da sociedade civil. Como resultado, foi instituída Comissão Permanente de Acompanhamento da política institucional do Mães em Cárcere.

A Comissão, por meio da participação direta da sociedade civil, realizará reuniões periódicas com a Defensoria Pública para discutir temas centrais, como: o aprimoramento dos fluxos de atendimento às mulheres em situação prisional e às adolescentes no sistema socioeducativo, a retomada das atividades de educação em direitos e a ampliação da participação das mulheres usuárias na formulação e aprimoramento da política.



### Ouvidoria-Geral, Primeira Subdefensoria, Núcleos Especializados e Sociedade Civil se reúnem para dialogar sobre a política Mães em Cárcere da Defensoria Pública



# 4 OUVIDORIA E CORREGEDORIA DIALOGAM SOBRE AGENDAS EM COMUM

No dia 02 de agosto, a Ouvidoria-Geral recebeu o Corregedor-Geral, Davi Eduardo Depine Filho, e a Corregedora Auxiliar, Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro, para discutir projetos e ações futuras.

Na pauta, esteve o diálogo sobre o fortalecimento da política de enfrentamento ao assédio e discriminação, além de práticas que privilegiem a autocomposição de conflitos. Além disso, tratou-se do aprimoramento de fluxos entre a Corregedoria e Ouvidoria.



# 5 LEI MARIA DA PENHA - 16 ANOS DE LUTA

No dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha completou 16 anos de existência!

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, completou mais um ano no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo uma importante medida na proteção das mulheres que sofreram violência e um estímulo à denúncia das situações de vulnerabilidade.

**Confira mais dos dados citados no post nos seguintes links:**

[Faces da Defensoria \(Edição 2\) Clique aqui!](#)

[Faces da Defensoria \(Edição 5\) Clique aqui!](#)

[Livro Faces da Defensoria Clique aqui!](#)



**A LEI MARIA DA PENHA DEFINE CINCO FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR:**

- VIOLÊNCIA EMOCIONAL E PSICOLÓGICA** (Yellow sad face with tears)
- VIOLÊNCIA MORAL** (Red angry face)
- VIOLÊNCIA FÍSICA** (Open hand)
- VIOLÊNCIA PATRIMONIAL** (House icon)
- VIOLÊNCIA SEXUAL** (Person sitting on the floor)

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

Arraste para o lado

A violência doméstica contra a mulher é uma triste e complexa realidade no Brasil e no mundo. Com o passar dos anos, os índices de violência doméstica são alarmantes e continuam aumentando.

**SEGUNDO UMA PESQUISA REALIZADA PELO DATAFOLHA EM 2018, NA QUAL 1.092 DE 2.084 PARTICIPANTES ERAM MULHERES:**

- 27,4%** afirmaram ter sofrido algum tipo de violência
- 23,8%** das agressões sofridas estão associadas ao cônjuge, companheiro ou namorado
- 15,2%** se associam ao ex-cônjuge, companheiro ou namorado
- 7,2%** se associam ao pai ou mãe

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

Arraste para o lado

Não é surpresa afirmar que a crise social e econômica provocada pela pandemia de COVID-19 tem catalisado o cenário de violência doméstica.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em seu relatório “Violência Doméstica durante a pandemia de COVID-19”, identificou que os casos de feminicídio cresceram **22,2%**

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

Arraste para o lado

Visando aprimorar o atendimento integral das mulheres em situação de violência doméstica, independente da solicitação de medidas protetivas, a Ouvidoria-Geral divulgou nas edições de nº 2 e 5 do Faces da Defensoria recomendações relevantes para orientação.

- Atendimento Integral às mulheres em situação de violência**
- Amplio e integral acesso à justiça para mulheres**
- Criação de fluxos:** Uniformização para criação de agendas urgentes em casos que envolvem mulheres em situação de violência doméstica
- Estabelecimento de fluxos e protocolos para a dispensa ou priorização da avaliação financeira**
- Agendamentos urgentes de casos inseridos no contexto de violência doméstica:** inclusão nas agendas prioritárias de cada Unidade.
- Efetivação da acessibilidade e remoção de barreiras linguísticas e outras**
- Criação de programas de educação em direito**

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

# 6

## 19 DE AGOSTO DIA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Foi comemorado em 19 de agosto o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. A data marca os 18 anos do dia 19 de agosto de 2004, quando sete pessoas foram mortas e oito ficaram gravemente feridas depois de serem atingidas com golpes na cabeça enquanto dormiam em via pública, na Praça da Sé, na região central da capital paulista. Essa tragédia, que ficou conhecida como “Massacre da Sé”, tornou-se um marco na luta das pessoas em situação de rua.



# NOTA - 19 DE AGOSTO DIA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Nota do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral em defesa do fortalecimento da luta da população em situação de rua.



## NOTA

**19 DE AGOSTO**  
DIA NACIONAL DE LUTA DA  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

### **“Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua” Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo se manifesta pelo fortalecimento da luta da população em situação de rua**

No marco do Dia Latino Americano da Luta da Pessoa em Situação de Rua, o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo manifesta sua preocupação com o crescente aumento da população em situação de rua e fortalece o pleito para que a garantia de condições dignas de vida, moradia, trabalho, saúde e dignidade permeiem a atuação do Poder Público para esta população.

A data marca os 18 anos do dia 19 de agosto de 2004, na qual sete pessoas foram mortas e oito ficaram gravemente feridas depois de serem atingidas com golpes na cabeça enquanto dormiam em via pública, na Praça da Sé, na região central da capital paulista. Essa tragédia, que ficou conhecida como “Massacre da Sé”, tornou-se um marco na luta das pessoas em situação de rua.

A violência testemunhada naquele 19 de agosto não é fato isolado. Embora exista um cenário de ausência de informações públicas precisas sobre a violência praticada contra a população de rua no país, importante relembrar a história para constatar as violências sistematicamente praticadas contra as pessoas em situação de rua: a chacina da Candelária no Rio de Janeiro em 1993, a morte do indígena Galdino queimado vivo em Brasília em 1997, os altos índices de mortalidade da população de rua de Goiânia e as constantes ações repressivas contra moradores de rua nos centros das cidades.

1/2



Dados recentes apontam para o crescimento do número de pessoas vivendo nas ruas. Em São Paulo, apenas em 2022, 5.093 pessoas foram viver nas ruas, totalizando 42.240 moradores de rua. Importante destacar que quase 10% desse grupo é composto por crianças e adolescentes. Censo recente revelou que são 3.759 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, cerca de 71% delas são negras e 20% não está frequentando a escola. No Rio de Janeiro já são mais de 10.500 pessoas em situação de rua, em Belo Horizonte são mais de 10.000 pessoas. Segundo os levantamentos de movimentos sociais, sabe-se que os números citados podem ser muito maiores. Importante também registrar que 68% das pessoas em situação de rua são negras, 87%, homens e 93% dessa população estão em condições de extrema pobreza.

É neste contexto, agravado pelos anos de pandemia vividos em 2020 e 2021, que se torna urgente a adoção, pelo Poder Público, de medidas capazes de garantir condições dignas de vida àqueles em situação de maior vulnerabilidade social, econômica, de saúde e segurança.

No dia de hoje, o Conselho Consultivo da Ouvidoria da DPESP se soma aos movimentos em defesa da população em situação de rua para fortalecer a importante luta por moradia, trabalho, saúde e dignidade a todas e todos.

2/2



# 7 FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS É PAUTA DE DIÁLOGO ENTRE OUVIDORIA E ENTIDADES

No dia 11/08, diversas entidades que integram o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) dialogaram com a Ouvidoria-Geral da DPESP para compartilhar os desafios impostos pelo cenário atual de implementação da política. Apontaram a necessidade de apoio jurídico para o fortalecimento do MOVA e também para a defesa administrativa das entidades.

O encontro aconteceu por iniciativa da Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da DPESP, Lais de Figueiredo Lopes, e também contou com a participação da Conselheira Consultiva, Sonia Couto. Como resultado deste primeiro encontro, a Ouvidoria-Geral irá sistematizar as informações compartilhadas e iniciar interlocuções internas para agendar um segundo encontro.



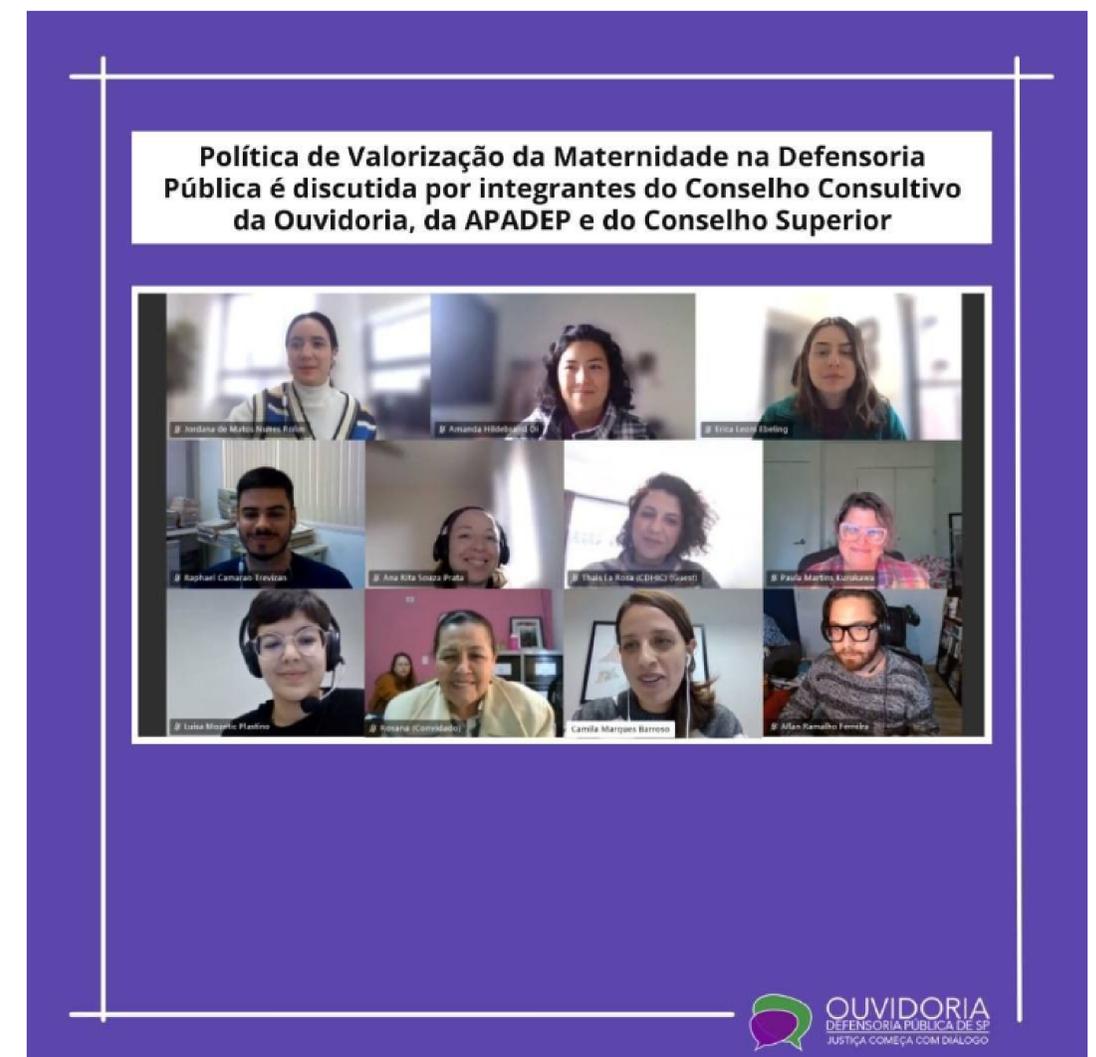
# 8

## POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA MATERNIDADE NA DEFENSORIA PÚBLICA É DISCUTIDA POR INTEGRANTES DO CONSELHO CONSULTIVO DA OUVIDORIA, DA APADEP E DO CONSELHO SUPERIOR

A Política de Valorização da Maternidade, da Amamentação e de Proteção da Primeira Infância no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi tema de discussão entre integrantes do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral, APADEP e Conselho Superior.

Na ocasião, as Conselheiras Consultivas da Ouvidoria-Geral Isabella Henriques, Paula Ligia Martins, Rosana Pierucetti e Thais La Rosa, que compõe Grupo de Trabalho sobre o tema, conversaram sobre propostas concretas para avançar nas políticas de equidade de gênero na instituição, em especial a proteção dos direitos à maternidade e à primeira infância.

Representando a APADEP, as Defensoras Jordana Rolim e Ana Rita Prata, e representando o Conselho Superior, os/as Defensores/as Raphael Camarão, Erica Leoni e Allan Ramalho participaram da reunião.

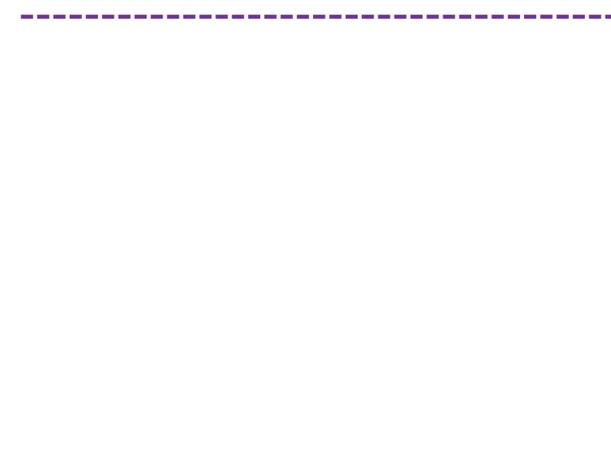


# 9 CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEFENSORIA PÚBLICA É TEMA DE ENCONTRO COM AS PROMOTORAS LEGAIS POPULAR DE JAÚ

No dia 17/08, a Ouvidoria-Geral pôde participar do 4o encontro das Promotoras Legais Populares de Jaú promovido pelo Núcleo Abayomi para apresentar os canais de participação e controle social existentes na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Na ocasião, à convite da Conselheira Consultiva do órgão e uma das organizadoras do curso, Katia Souza, puderam dialogar sobre o funcionamento da Ouvidoria, formas de participação da população usuária e movimentos sociais, Ciclos de Conferências, Plano de Atuação, Momento Aberto, entre outros pontos.

Além de Katia Souza, também estiveram na roda de conversa Lilian Pires e Telma Amaral, importantes defensoras dos direitos das mulheres.



# 10 AGENDA DO PRÓXIMO BIÊNIO É DISCUTIDA PELA OUVIDORIA E NESC

No dia 03/08, a Ouvidoria-Geral dialogou com os/as coordenadores/as recém empossados/as do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, Mariana Borgheresi Duarte, Camila Tourinho e Diego Polachini sobre ações e projetos que estarão na agenda nos próximos dois anos.

Na ocasião, tratou-se do atendimento aos familiares de pessoas presas, fluxos especializados de atendimentos de casos, aprimoramento da coleta e análise de dados, e fortalecimento da política Mães em Cárcere.



# 11

## OUVIDORIA-GERAL RECEBE VISITA DA ADVOGADA MILITANTE DOS DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL DRA. SILVIA SOUZA

A Ouvidora-Geral, Camila Marques, recebeu a visita da advogada militante em defesa dos direitos humanos e equidade racial, Dra. Silvia Souza, no dia 4 de agosto.

Silvia atua em diversas entidades e, também, é Conselheira Federal da OAB e presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB.



# 12 QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO À POPULAÇÃO USUÁRIA DA DEFENSORIA É PAUTA NO ENCONTRO DA OUVIDORIA-GERAL COM A ASSESSORIA DE CONVÊNIOS

A Ouvidoria se reuniu, no dia 08/08, com a defensora pública à frente da Assessoria de Convênios, Ana Carolina Schwan, e a servidora Karina Martinez Joaquim para dialogar sobre suas agendas prioritárias e pensar formas de colaboração que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas entidades conveniadas da Defensoria.

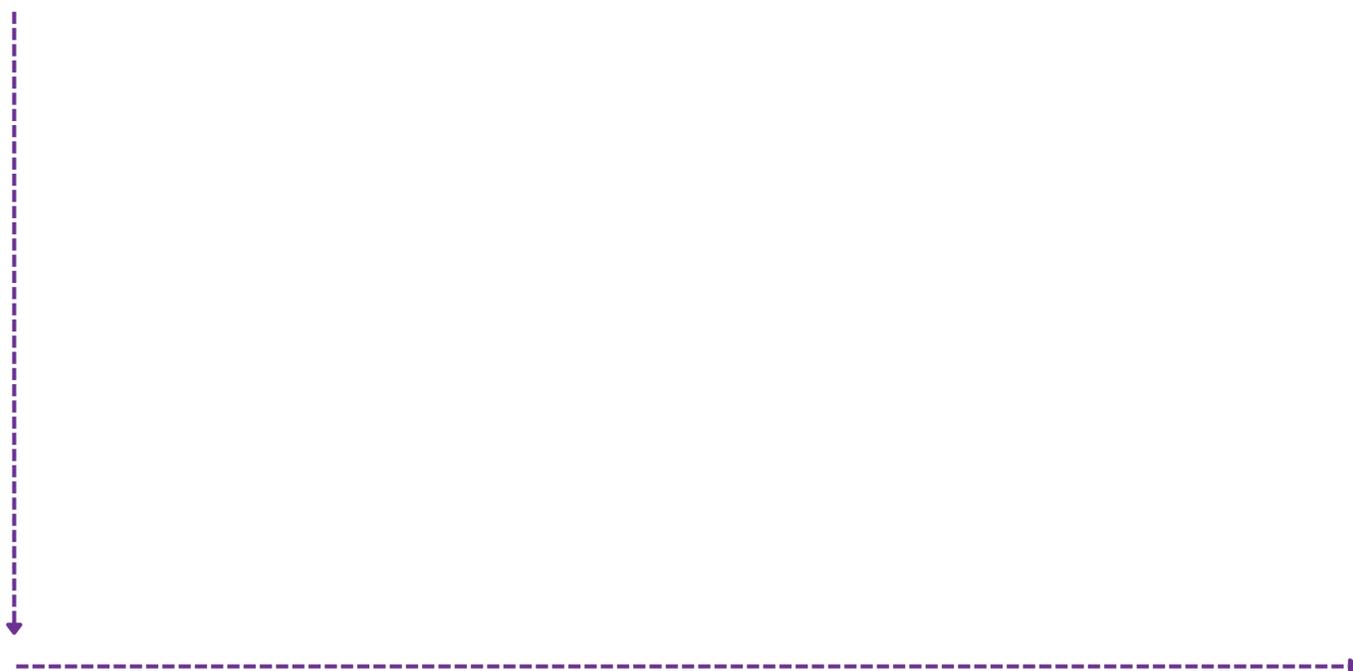


Qualificação do serviço prestado à população usuária da Defensoria é pauta no encontro da Ouvidoria-geral com a Assessoria de Convênios



# 13 OUIDORIA-GERAL DISCUTE ACESSO À JUSTIÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Ouvidoria-Geral dialogou, no dia 09/08, com a Conselheira Consultiva do órgão e diretora da Mais Diferenças, Carla Mauch, e Daniel Monteiro, importante ativista e participante das Conferências da Defensoria sobre projetos que visam ampliar a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Defensoria.

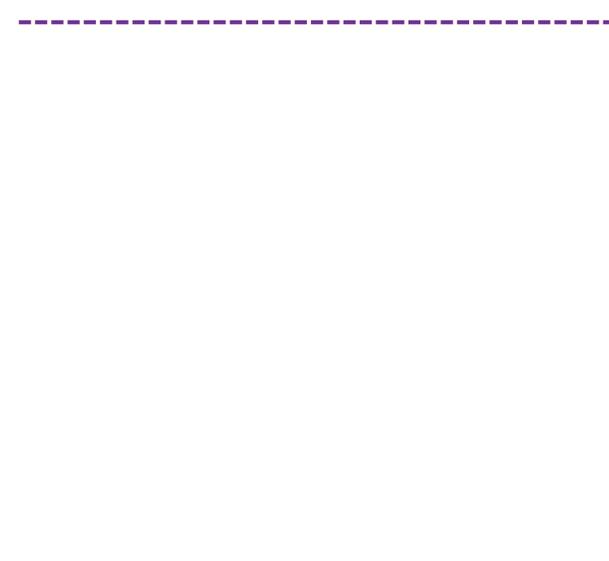


# 14 GRUPO DEFENSORIA EXTRAJUDICIAL SE REÚNE PARA DIALOGAR SOBRE PRÓXIMOS PROJETOS

No dia 15 de agosto, aconteceu conversa virtual entre integrantes do grupo “Defensoria Extrajudicial”, uma articulação entre Ouvidoria, Servidores/as e Defensores/as Públicos/as, voltada a fomentar o intercâmbio de boas práticas de resolução de conflitos extrajudiciais.

Na ocasião, foram discutidas articulações e estratégias para contribuir com o avanço da implementação de uma política institucional de prevenção e solução de conflitos de interesses por meio de métodos alternativos ao processo judicial no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Estiveram presentes a Agente de Defensoria Marisa Sandra Luccas e as/os Defensoras/es Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos, Marília Macedo, Luciana Talli, Carolina Nunes, Anderson Almeida, Ana Simone Vieira e Giovana Devito.



# 15 CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS PÚBLICAS DO BRASIL, REPUDIA DECRETO 11.150/2022

Conselho Nacional de Ouvidorias Públicas do Brasil, repudia decreto 11.150/2022 que autoriza bancos a usarem a justiça brasileira para tomarem tudo de famílias que tenham dívidas.

[Click aqui e acesse a publicação](#)



# 16 OUVIDORIA-GERAL RECEBE A DEFENSORA E ATIVISTA DOS DIREITOS HUMANOS ANABELLA ANDRADE

Aprimoramento do atendimento às mulheres em situação de violência foi tema de reunião entre Ouvidoria e a ativista, Anabella Andrade.

Na ocasião, Camila Marques, Ouvidora-Geral, e Luisa Plastino, Assistente Técnica do Órgão, receberam sugestões e dialogaram sobre fluxos de atendimento e capacitações voltados às mulheres em situação de violência que são atendidas pela Defensoria Pública.



Ouvidora-Geral, Camila Marques, recebe a defensora e ativista dos direitos humanos Anabella Andrade



# 17 ACESSO À JUSTIÇA DA POPULAÇÃO MIGRANTE É TEMA DE DIÁLOGO ENTRE OUVIDORIA E THAIS LA ROSA, CONSELHEIRA CONSULTIVA E DIRETORA DO CDHIC

No dia 5 de agosto, a Ouvidora-Geral, Camila Marques, recebeu a visita de Thais La Rosa, Conselheira Consultiva do órgão e diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, CDHIC.

Na ocasião, dialogaram sobre o plano de atuação da Defensoria, qualificação do atendimento às pessoas migrantes, entre outros pontos.



# Expediente

## OUIDORIA

OUVIDORA-GERAL	Camila Marques
ASSESSOR TÉCNICO	Adriano Alves dos Reis Santos
ASSISTENTE TÉCNICO I	Luisa Mozetic Plastino
ASSISTENTE TÉCNICA I	Paloma Casanovas
ASSISTENTE TÉCNICA II	Amanda Oi
AGENTE DE DEFENSORIA	Priscila Rodrigues
OFICIALA DE DEFENSORIA	Andrea Pires Pacheco
OFICIALA DE DEFENSORIA	Leticia Macedo
OFICIALA DE DEFENSORIA	Maria Cristina Salerno
OFICIALA DE DEFENSORIA	Renata Castelli
OFICIAL DE DEFENSORIA	Renato Domingos Junior
ESTAGIÁRIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Aline de Santana Ribeiro
ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO	Cassilia de Carvalho Alves
ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO	João Vitor de Oliveira dos Santos
ESTAGIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	Karen Pereira
ESTAGIÁRIA DE DIREITO	Bárbara Cotrim
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Ludimila Souza de Oliveira
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Júlia Ribas

## Boletim da Ouvidoria

TEXTOS Equipe da Ouvidoria

CONCEITO Paula Monroy

DIAGRAMAÇÃO Cassilia de Carvalho Alves  
João Vitor de Oliveira dos Santos

e-mail: [ouvidoria@defensoria.sp.def.br](mailto:ouvidoria@defensoria.sp.def.br)

[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Twitter](#)

O Boletim da Ouvidoria é uma publicação mensal com os principais destaques sobre a atuação da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.